

	2017	2016
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	35	22
Ministério das Minas e Energia - MME	18	11
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.988	2.108
Programa de Eficiência Energética	3.504	3.964
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel	60	53
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	656	788
Taxa de Fiscalização	9	10
Conta ACR - Câmara de comercialização de Energia Elétrica	479	624
Bandeiras Tarifárias	1.357	-
Demais encargos setoriais	4	8
Total	8.110	7.588

5.23. Passivos regulatórios - Corresponde às variações negativas de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

	2017	2016
CVA - Proinfra (constituição e amortização)	55	21
CVA - Conta de Desenv. Energético CDE (constituição e amortização)	1.777	1.023
CVA - Custo de Aquisição de Energia (constituição e amortização)	-	544
Bandeiras Tarifárias	-	3.814
Financeiro de reversão - RTE - Energia	-	1.671
Financeiro de reversão - RTE - CDE uso	-	1.019
Financeiro de reversão - RTE - CDE energia	-	3
Total	1.832	8.095

5.24. Outros passivos circulantes

	2017	2016
Consumidores	72	86
Taxa de Iluminação Pública	793	777
Taxa do Lixo	179	174
Outros credores	106	94
Total	1.150	1.131

PASSIVO NÃO CIRCULANTE - 5.25. Empréstimos e Financiamentos - O Passivo Não circulante contém valores de Empréstimos e financiamentos constituídos com a Eletrobrás utilizados e aplicados no programa do governo federal "Luz para Todos", já mencionados seus saldos no item 5.18.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 5.26. Capital Social

	2017	2016
Prefeitura Municipal de Campo Largo	41.837	38.847
Demais Acionistas	163	153
Total	42.000	39.000

O Capital Social, totalmente integralizado, é representado por 500.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, estando assim constituído:

	2017	2016
Prefeitura Municipal de Campo Largo	498.068.997	498.068.997
Demais Acionistas	1.931.003	1.931.003
Total	500.000.000	500.000.000

5.27. Reserva de Lucros

	2017	2016
Reserva de Lucros	12.502	11.433

A reserva de retenção de lucros foi constituída com parte dos lucros do exercício, para dar suporte ao programa de investimento da companhia, que será efetuada com Capital Próprio por deliberação da Assembleia Geral.

A reserva legal, de constituição obrigatória de 5% do lucro líquido do exercício, é limitada a 20% do Capital Social.

5.28. Cálculo dos Dividendos - O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, do valor dos juros sobre o capital próprio que serão pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). A concessionária optou por pagar juros sobre o capital próprio, em substituição aos dividendos, como distribuição de lucros do exercício no montante de R\$ 1.700 mil, e reter o remanescente do lucro líquido como reserva de retenção de lucros, de modo a assegurar a realização do programa de investimento a ser realizado no ano seguinte, suportado pelo orçamento anual.

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos Acionistas um Dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas.

A remuneração dos acionistas está assim demonstrada:

	2017	2016
Lucro Líquido do Exercício	3.069	5.400
(-) Reserva Legal	(153)	(270)
(-) Constituição da Reserva	(1.216)	(3.430)
(-) Juros s/Capital Próprio	(1.700)	(1.700)
Lucro ajustado	-	-

5.29. Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados, a especificação por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Bem Segurado	Risco	Data da Vigência	Valor Segurado
Sede Social	Incêndio, Queda de Raio, Explosão	06/04/2017 a 06/04/2018	1.290
Almoxarifado	Incêndio, Queda de Raio, Explosão	06/04/2017 a 06/04/2018	2.350
Centro de treinamento	Incêndio, Queda de Raio, Explosão	06/04/2017 a 06/04/2018	270
Veículos	Casco / Danos Corporais / Morte / Invalidez	04/07/2017 a 04/07/2018	Vlr.Mercado

5.30. Instrumentos Financeiros

Até 31 de Dezembro de 2017, a Companhia não realizou nenhuma operação com derivativos, bem como não mantém operações financeiras objetivando a proteção dos riscos de perda com flutuações nas taxas de juros e de câmbio, tendo em vista a inexistência de empréstimos e financiamentos com taxas pós-fixadas e/ou vinculadas à moeda estrangeira.

Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados para produzir a estimativa mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias pode ter um efeito material nos valores estimados.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Disponibilidades e aplicações financeiras - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidas em bancos têm seus Valores de mercado próximos aos saldos contábeis.

Consumidores, Concessionários e Permissórios.

O saldo de contas a receber tem seus valores de mercado próximos aos saldos contábeis pela sua natureza de curto prazo.

Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser considerados como:

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente; Concentração de risco de créditos

Como aproximadamente 2/3 das vendas de energia são efetuadas a um grande número de consumidores que representam mais de 90% de seu universo, o risco de crédito por esse fato se torna minimizado, além do acompanhamento das inadimplências verificadas nas diversas classes de consumidores, suspendendo seu fornecimento, decorrente de atrasos superiores aos regulamentares.

5.31. RECEITA OPERACIONAL - Fornecimento de Energia Elétrica e outros

Classes	Nº consumidores (valores não auditados)		Consumo em MWh (valores não auditados)		Valor - R\$ (mil)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento faturado						
Residencial	43.654	43.303	79.982	78.448	62.490	59.812
Industrial	420	485	48.612	94.352	29.840	59.623
Comercial	3.257	3.142	35.736	47.654	25.638	33.623
Rural	1.822	1.817	7.253	7.155	3.570	3.377
Poder Público	218	217	3.569	3.986	2.594	2.906
Iluminação Pública	1	1	13.924	13.728	6.391	5.790
Serviço Público	67	71	6.980	6.407	3.763	3.639
Consumo Próprio	3	2	117	112	-	-
Total Energia faturada	49.442	49.038	196.173	251.842	134.284	168.770
Não faturado	-	-	-	-	1.722	(369)
Disponibilização do Sistema de Distribuição - Consum. Livres (nota 1)	9	9	117.150	47.269	19.008	7.305
Receita de Construção	-	-	-	-	5.024	5.086
Doações, Contrib. Subvenções Vinculadas ao Serv. Concedido	-	-	-	-	5.931	5.212
Outras Receitas	-	-	-	-	5.309	4.311
Ativos e Passivos Regulatórios	-	-	-	-	528	3.232
Total Energia não faturada	9	9	117.150	47.269	37.522	24.777
TOTAL	49.451	49.047	313.323	299.111	171.806	193.547

Receita de Construção e Custo de Construção

Estabelecido pela ICPC 01 / IFRIC 12, onde a concessionária de energia elétrica

deve mensurar e registrar a receita dos serviços prestados de acordo com os CPC 17/IAS 11 dos Contratos de Concessão e CPC/IAS 18, IFRIC 13 E SIC 31.

A Companhia contabiliza a receita e o custo de construção relativa a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica conforme estágio de execução. Nota 1: No ano de 2016, 9 (nove) consumidores industriais e comerciais de média tensão abaixo de 13,8 kV pertencentes ao grupo de consumo A4, migraram para o mercado livre. A partir daí a remuneração passou a ser cobrada somente sobre a rede de distribuição utilizada por estes consumidores. O valor demonstrado no quadro acima de 117.150 MWh refere-se ao consumo destes Consumidores Livres junto a outras Distribuidoras por eles contratados.

Doações, Contribuições e Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido

	2017	2016
Subsídios Baixa Renda	688	555
Subsídios s/descontos nas tarifas do Serviço Público/Rural	1.694	1.725
Subsídios CDE	-	1.935
Subsídios Carga fonte incentivada - consumidor livre	3.549	997
Total	5.931	5.212

Subsídios tarifários - Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos consumidores do serviço público de distribuição de energia elétrica, inclusive subsídios de baixa renda, que são repassados pela Eletrobrás.

Outras Receitas

	2017	2016
Renda Prestação de Serviços - Compartilhamento de infraestrutura	2.453	1.275
Serviço Taxado	1.172	939
Serviços Prestados na Manutenção da Iluminação Pública	1.637	1.506
Ganhos na Alienação de bens e direitos	280	299
Outros	151	292
(-) Tributos s/outras Receitas - Pis/Pasep/Cofins	(384)	-
Total	5.309	4.311

Ativos e Passivos Regulatórios

	2017	2016
CVA Ativa e Passiva		
- Constituição	681	9.325
- Amortização	424	(7.470)
Neutralidade Parcela "A"		
- Constituição	1.011	3.354
- Amortização	(2.789)	(122)
Devolução tarifária Angra III	1.201	-
Total	528	5.087

Ativos e Passivos regulatórios - valores de Compensação da Variação dos Custos da Parcela "A" - CVA - Valores contabilizados em contrapartida com as contas citadas nos itens 5.8 e 5.23.

5.32. Deduções da Receita Operacional

Encargos Setoriais - Encargos do consumidor

	2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	7.783	10.120
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - ACR	6.181	7.311
Bandeiras tarifárias	4.078	12.843
Taxa de fiscalização	110	116
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	438	435
Programa de Eficiência Energética - PEE	437	434
Total	19.027	31.259

- Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

	2017	2016
Programa de Eficiência Energética - PEE	350	381
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel	87	53
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	175	174
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	175	174
Ministério de Minas e Energia - MME	88	87
Total	875	869

Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE, são programas de investimentos em os quais as concessionárias estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9991/2000 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/2008 e 316/2008.

Procel

A Lei nº 13.280, de 3 de maio de 2016, alterou a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para disciplinar a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética. Segundo a Lei nº 13.280/2016, 20% (vinte por cento) dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30 de dezembro de 1985, e ratificado pelo Decreto de 18 de julho de 1991.

A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Sub módulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia - MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - Procel.

Os valores foram provisionados no Passivo Circulante e aguardamos a aprovação do primeiro Plano de Aplicação de Recursos pelo Comitê Gestor de Eficiência Energética - CGEE, presidido pelo MME, para que possamos providenciar o recolhimento.

5.33. Custos com aquisição de energia elétrica Comprada Para Revenda

	Em MWh (valores não auditados)		em R\$ (mil)	
	2017	2016	2017	2016
Copel - Compra de Energia	211.100	267.161	47.321	67.588
Encargos do Uso da Rede Elétrica PROINFA	-	-	12.600	8.262
Bolha financeira - Resolução 243/06	-	-	2.355	2.568
Micro geração - baixa tensão	16	-	1.346	2.288
Crédito COFINS / PASEP/PIS	-	-	8	1
Total	211.116	267.161	57.745	73.243

5.34. Despesas Operacionais - Custos não gerenciáveis

A composição dos custos e despesas operacionais em 2017 e 2016 são as seguintes:

Naturezas	2017	2016
Pessoal	14.042	12.612
Administradores	1.322	1.570
Material	1.300	1.476
Serviço de terceiros	5.348	5.578
Arrendamento e alugueis	235	218
Seguros	71	52
Doações, contribuições e subvenções.	98	6
Provisões	(462)	203
(-) Recuperação de despesas	(154)	(87)
Tributos	93	87
Depreciação/Amortização	2.492	2.425
Custo com construção	5.024	5.086
Gastos diversos	1.222	761
Total	30.631	29.987

6. Participação nos Resultados.

Em 1999 a Companhia implantou o programa de participação dos Empregados nos lucros ou resultados baseados em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

A empresa constituiu provisão para pagamento de participações nos lucros do exercício de 2017, no valor de R\$ 606 mil, conforme consta no Art. 29, incisos V e VI, do Estatuto Social, estando este sujeito a aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

7. Ajuste a Valor Presente - De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 12, a Companhia analisa suas contas de ativos e passivos que serão sujeitas a liquidação financeira frente a questões relacionadas a valores realizáveis no futuro, prazo de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto, com o objetivo de apurar o efetivo montante de realização ou liquidação por conta da desvalorização no tempo e incertezas associadas. Quando aplicável e relevante efetua-se a redução contábil do respectivo ativo ou passivo, efetuando a apropriação do ganho financeiro de acordo com a fruição do tempo.

8. Universalização

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de Novembro de 2.003, foi instituído o Programa de Universalização - Luz para Todos, a ser realizado sem qualquer ônus aos consumidores.

Foram celebrados 4 (quatro) contratos junto a Eletrobrás para a realização das obras do Programa "Luz para Todos". A Coel já encerrou o programa em 2014. Os valores finais seguem discriminados no quadro abaixo:

	1ª etapa	2ª etapa	3ª etapa	4ª etapa	Total
Contrapartida	Contrato nº 063/04	Contrato nº 116/05	Contrato nº 182/07	Contrato nº 212/08	
COCEL	216	528	162	543	1.449
CDE	432	1.056	-	1.303	2.791
RGR	432	1.056	663	1.303	3.454
TOTAL	1.080	2.640	825	3.149	7.694

Sendo:

RGR - Reserva Global de Reversão - Recursos decorrentes de subvenção econômica. Financiada.

CDE - Conta de Desenvolvimento Energético - Subsidiado.

COCEL - Agente Executor - Recursos próprios.

7. Demonstração do Resultado Segregado por Atividade.

Todos os valores contidos no Balanço Patrimonial referem-se única e exclusivamente as atividades de Distribuição, tendo em vista que a concessionária é uma Companhia eminentemente distribuidora de energia, atendendo somente o município de Campo Largo, e ainda não possuindo nenhuma atividade atípica. Campo Largo, 31 de dezembro de 2017.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Moacir Thadeu Schneider Presidente
Vincius Marcel Lamóglia Conselheiro

Regiane Portella Gomes Conselheira
João Alceu Borges Tigrinho Conselheiro